



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

LORENE DIAS FERREIRA

**SOMOS TODXS ANIMAIS: problematizando marcadores de raça, sexualidade,
gênero e espécie no feminismo vegano e vegetariano**

CAMPINA GRANDE – PB

2015

LORENE DIAS FERREIRA

**SOMOS TODXS ANIMAIS: PROBLEMATIZANDO MARCADORES DE RAÇA,
SEXUALIDADE, GÊNERO E ESPÉCIE NO FEMINISMO VEGANO E
VEGETARIANO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como
pré-requisito essencial para obtenção do título em
Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Jussara Carneiro Costa

**CAMPINA GRANDE – PB
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F383s Ferreira, Lorene Dias
Somos todos animais [manuscrito] : problematizando
marcadores de raça, sexualidade, gênero e espécie no feminismo
vegano e vegetariano / Lorene Dias Ferreira. - 2015.
25 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço
Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Profa. Dra. Jussara Carneiro Costa,
Departamento de Serviço social".

1. Gênero. 2. Raça. 3. Espécie. 4. Conexão. 5. Feminismo.
6. Veganismo. I. Título.

21. ed. CDD 305.42

LORENE DIAS FERREIRA

**SOMOS TODXS ANIMAIS: problematizando marcadores de raça, sexualidade,
gênero e espécie no feminismo vegetariano e vegano.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como
pré-requisito essencial para obtenção do título em
Bacharelado em Serviço Social.

Orientadora: Profª Drª Jussara Carneiro Costa

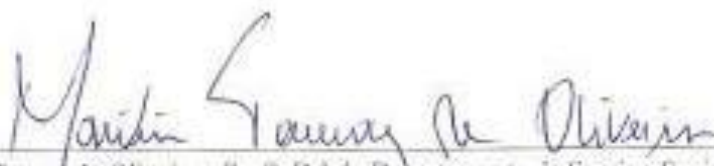
Aprovada em: 24 / 02 / 2015

Nota: 10,0 (DEZ)

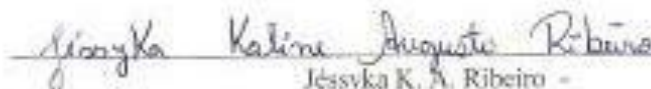
BANCA EXAMINADORA



Jussara Carneiro Costa Departamento de Serviço Social – CCSA/UEPB (Orientadora)



Marliá Tomaz de Oliveira - Profª. Drª do Departamento de Serviço Social e membra do
Fórum Municipal de Proteção e Bem Estar Animal de Campina Grande (Examinadora)



Jéssyka K. A. Ribeiro -
Pesquisadora e ativista feminista pelos direitos animais - Mestre em Serviço
Social/UFRN (Examinadora)

CAMPINA GRANDE – PB

2015

LORENE DIAS FERREIRA

Dedico este artigo aos milhares de animais não-humanos que são escravizados e mortos todos os dias pelos seres humanos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Socorro e Manoel, pelo incentivo à busca pelo conhecimento e por todo esforço que fizeram pela minha educação.

A minha orientadora, a Prof^a Dr^a Jussara Carneiro Costa, pelo potencial que enxergou em mim, pelo estímulo, pela confiança no meu trabalho e por ter partilhado aprendizados que afetaram minha vida.

Ao projeto de pesquisa e extensão Todxs Juntxs Somos Fortes, pelas provocações epistemológicas que me proporcionou e aos amigxs que fazem parte desse projeto, pelos laços políticos e de afetividade que construímos e em especial a Maria Luiza Pereira, pela cumplicidade e pela força durante o percurso em que foi construído esse trabalho.

Aos meus gatxs Curupixo, Mia e Morcegão, pelas agradáveis companhias nas noites de estudo e escrita.

SOMOS TODXS ANIMAIS: PROBLEMATIZANDO MARCADORES DE RAÇA, SEXUALIDADE, GÊNERO E ESPÉCIE NO FEMINISMO VEGANO E VEGETARIANO.

Lorene Dias Ferreira¹

Resumo:

As conexões entre os marcadores sociais da diferença gênero, raça e espécie, considerando seu desenvolvimento ao longo da construção de um modelo de racionalidade ocidental se erigiu sobre a criação de categorias de subalternidade produzidas por ideais androcêntricos, racistas e especistas que se retroalimentam para a legitimação de um projeto de sociedade aos moldes eurocêntricos. Problematizar o funcionamento de tais engrenagens faz-se, portanto uma tarefa extremamente necessária. Neste artigo problematizo a compreensão de tais conexões no feminismo vegano/vegetariano. O veganismo e vegetarianismo se constituem como expressões feministas que propõem um discurso interseccional, no qual se articulem indicadores como gênero, raça, espécie, etnia, classe, sexualidade dentre outros. A análise tomou por base material utilizado para construção de sua marca política, pelas quais se torna possível apreender como se constrói a compreensão acerca das conexões entre marcadores da diferença - sites e blogs feministas, grupos específicos em uma rede social, fanzines, e-zines, letras de músicas - além de uma (re) apropriação do meu próprio lugar de pertencimento.

Palavras-chave: Gênero, Raça, Espécie, Conexão, Feminismo, Veganismo.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta das provocações epistemológicas que vivenciei durante participação no projeto de pesquisa e extensão *Todos Juntos Somos Fortes: enfrentando o racismo e a violência contra a mulher e LGBTTfobia no território da Borborema*². O programa resultado de convênio entre UEPB/Grupo Flor e Flor e MEC/Sesu/Proext, tem por objetivo fomentar a interação entre a produção de conhecimento e intervenção política como estratégia de enfrentamento a violência contra mulher, LGBTTfobias e racismo no território da borborema, Paraíba. A estratégia adotada pelo programa compreende: (a) mapeamento do perfil e das formas de articulação entre as violências contra mulheres, LGBTTfobia e racismo no território da borborema, Paraíba; (b) realização de um curso de extensão universitária como apoio epistemológico, teórico-metodológico e político das ações do Programa; (c) publicação dos resultados; (d) um seminário para troca de experiências.

Alem das atividades previstas, o Programa propõe um adensado de leituras e reflexões diárias, além de possibilitar contato direto com sujeitos subalternizados em

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

função de uma inferioridade que lhes é associada à diferença que carregam. Além da experiência acumulada nesses momentos, a participação nos módulos do curso de extensão destinado a discussão do saberes subalternos e insurgentes e suas reverberações metodológicas e políticas, conduzidos pelxs professores Larissa Pelucio e Richard Miskolci, foram fundamentais para um exercício de reposicionamento político - no movimento feminista e pelos direitos animais – que resultou na escrita que compõe o artigo.

Ao ter contato com tais provocações epistemológicas, me vi envolvida em um processo de aprendizagem cujo percurso esteve repleto de afetações. Como observa Larissa Pelúcio (2012), falar sobre saberes subalternos e emergentes não implica somente dar voz àqueles que foram silenciadxs e/ou anuladxs por tanto tempo, ao longo da construção do pensamento tradicional no ocidente, mas também – e sobretudo – significa fazer parte desse outro olhar sobre o conhecimento produzido e reproduzido até então, contribuindo para a fomentação de outros campos de saberes, nos quais uma visão una e hegemônica não faz o menor sentido. A partir da possibilidade de emergência de outra epistemologia, os parâmetros tidos como verdades absolutas caem por terra e passam a descortinar outros caminhos para a construção de novas gramáticas, assim, ao vivenciar tais provocações e afetações epistemológicas, procuro delinear uma análise de dois movimentos que fazem parte da minha experiência individual: o feminismo e o movimento pela libertação animal.

Tal reposicionamento me levou a problematizar a minha atuação política pelos direitos animais e minha inserção feminista. O feminismo vegano questiona a fragmentação nos movimentos sociais e propõe um discurso interseccional no qual se articulem indicadores como gênero, raça, espécie, etnia, classe, sexualidade e outros. A própria existência de um termo específico para designar tal movimento indica que a conexão entre marcadores como gênero e espécie não são freqüentes nos movimentos feministas e veganos, pelo contrário, muitas vezes reforçam esteriótipos especistas e androcêntricos.

A perspectiva sobre abordagem da conexão entre as diferenças levou a rever situações em que estratégias são postas em prática, a problematizar as práticas discursivas do veganismo e vegetarianismo feminista para problematizar como se dá a associação entre os discursos anti-sexistas, anti-racistas e anti-especistas e como tais marcadores se articulam nesse movimento. Assim, vislumbro compor uma análise de como as categorias raça, gênero e espécie se inter-relacionam nos discursos dos movimentos feministas e daqueles que se

articulam pela defesa dos direitos animais, uma vez que essas pautas nem sempre se encontram juntas nas discussões travadas por e nesses movimentos.

Desse modo se fez pertinente analisar e perceber como se articulam tais conexões, visto que se retroalimentam na construção e manutenção de um modelo de pensamento totalitário, no qual as identidades subalternizadas foram suprimidas e inferiorizadas, isso se justifica por meio de uma visão de mundo dicotômica assimétrica na qual criam-se espaços em que a inferiorização do outro, do diferente é naturalizada, ao passo que, paralelamente, coexistem espaços privilegiados em detrimento daqueles.

A análise tomou por base material utilizado para construção de sua marca política, pelas quais se torna possível apreender como se constrói a compreensão acerca das conexões entre marcadores da diferença. Para tanto, recorri a consultas em sites e blogs feministas, grupos específicos em uma rede virtual, fanzines, e-zines, letras de músicas, além da apropriação advinda do meu próprio lugar de pertencimento.

O trabalho está organizado em três momentos. No primeiro recorro a aportes que permitem destrinchar as estratégias pelas quais se torna possível normatizar a vida em sociedade através da criação e manutenção de parâmetros para definir o normal ou anormal como medida para avaliar, medir, qualificar e hierarquizar as populações em função do seu “desenvolvimento” na escala da evolução humana. O segundo apresenta retrospectiva da inclusão do marcador de diferença ligado a espécie no âmbito do feminismo. Por fim, já concluindo, encerro o artigo com a problematização de situações que permitem vislumbrar como as conexões entre esses marcadores vem sendo entendida nesse espaço e suas reverberações políticas, éticas, artísticas se produzem no feminismo vegano.

A espécie como marcador de diferenças: por novos parâmetros de análise...

O modelo de interpretação do mundo adotado pela cultura ocidental, o qual Boaventura de Sousa Santos (1987) denomina por *paradigma dominante*, é permeado por uma visão dualista e dicotômica do mundo polarizada pelo binarismo entre razão, como capacidade de racionalização, e natureza. Como enfatiza a filósofa, ensaísta e poeta Viviane Mozé² tal paradigma tem sua base na filosofia platônica e adquiriu conformações distintas em diversos períodos históricos. No período das revoluções científicas dos séculos XVI e

² <https://www.youtube.com/watch?v=wszgKT2zS-c>

XVII que surgiram com o Renascimento, foi definido o uso de certa racionalização do mundo como condição para se alcançar o conhecimento “verdadeiro”.

No modelo traçado pelo paradigma dominante estão presentes concepções permeadas por binarismos polarizados pela dicotomia natureza/cultura, que distanciam o ser humano da natureza, uma vez que o modelo é construído mediante a subjugação e vilanização da mesma, tornando-a um lugar externo e inabitável, longe da própria concepção de humano, concebida sob o viés dualista da separação entre o que é natureza e o que é cultura, descartando a relação de complementaridade entre ambas, constituindo uma relação assimétrica onde a primeira existe como algo a ser explorado para que possa então ser dominado. Por tal entendimento, as qualidades humanas idealizadas são determinadas pela capacidade de distanciamento da natureza, à proporção que tudo que se aproxima desta é inferiorizado. Animais que não possuem o mesmo modelo de racionalidade humana são situados na zona que constitui o exterior do humano, um lugar que é usado para marcar, nomear e classificar corpos humanos e inumanos.

Pode se afirmar que tal modelo apresenta premissas que lhe servem de bases epistemológicas que adquirem diferentes conformações históricas. Dentre estas destaca-se a existência de dois pólos que estão sempre em relação dicotômica; o fato de que tais pólos são assimetricamente marcados por uma hierarquia fixa, onde o pólo inferior existe como exterior constitutivo do outro, cumprindo a função de atestar sua positividade. Além disso, deve-se observar que tais premissas determinam a maneira como é tratada a diferença e ainda o processo de construção das identidades.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2009) a nomeação da diferença do “outro” consiste numa operação utilizada para se afirmar o pertencimento a uma identidade que garante a posição de prestígio perante os demais, traçando-se assim lugares de inclusão e exclusão.

Ainda segundo Silva (idem) é importante destacar que, as categorias de identidade e diferença são inseparáveis, devido à relação de dependência que existe entre ambas. A identidade depende da diferença e vice-versa. No entanto, observa que as afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre outras identidades. Para tanto se justifica o apoio nas abordagens que problematizam as dinâmicas de poder presentes no processo de construção das diferenças pois

a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de

poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (SILVA, 2009, p.81)

Como já referido, em diferentes épocas tais premissas influenciam a organização da maneira como se produziu o conhecimento. Como observa Boaventura de Sousa Santos (1987) com as “revoluções” científicas que ocorreram dos séculos XV e XVI consolidou, sob a égide do cartesianismo, uma racionalidade científica que se tornou um modelo global, “um modelo totalitário, à medida que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas”. Um modelo cujo pressuposto principal é a observação dos fenômenos e formulação de meios de demonstração e explicações propostas para sua compreensão. Portanto, a ciência moderna também foi erigida sobre esses pressupostos.

Na analítica sobre a organização do poder nas sociedades ocidentais organizada pelo filósofo francês Michel Foucault é possível perceber como reverberou a sua predominância a partir de tais premissas. Conforme Foucault (1988) na “Antiguidade” o poder soberano que se exercia sobre as vidas, no qual a figura do rei apoiada pelo sustentáculo do poder, do direito e da verdade, possuía um domínio de caráter decisório sobre as vidas, instituindo o direito de poder viver ou ainda de não causar a morte. Na soberania o poder era efetivado pelo direito de apropriação, do tempo, das forças, dos corpos e das vidas. O direito a exercê-lo era naturalizado pelo discurso histórico jurídico sem que se questionassem os pressupostos em que se assentavam sua naturalização.

Já entre os séculos XVII e XVIII, com as sociedades européias em expansão demográfica, vivencia-se um processo de industrialização e o poder soberano se torna então inoperante, modificando-se para outra forma de exercício do poder, não mais com a função de matar ou deixar viver, mas com a característica de investir sobre a vida, gerindo-a, controlando-a. Trata-se do poder disciplinar, uma tecnologia de poder que funciona através das diversas disciplinas e que

[...] centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. (FOUCAULT, 1988, p. 131)

Também aqui os sujeitos que se tornariam objeto da anátomo-política eram classificados e organizados como verdadeiros de acordo com pressupostos científicos encontrados na ciência moderna. Em meados do século XVIII esse poder se descentraliza do corpo-organismo e manifesta-se então através do corpo-espécie, administrando os corpos e gerenciando a vida

de maneira mais calculista, utilizando mecanismos localizados em práticas educacionais, políticas e econômicas, controle da natalidade, mortalidade, saúde pública, segurança, habitação e imigração. Conforme Foucault,

tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida (FOUCAULT, 1988, P. 131)

É essa nova forma de poder, que ganha força no século XIX, que Foucault denomina de biopoder, um poder que se institui sobre a vida da população, adestrando-a estrategicamente, tratando de governar em defesa da vida de maneira a suprimi-la. O biopoder foi imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo, que só se tornou possível mediante a apropriação produtiva dos corpos, cuja dinâmica populacional fora ajustada para servir aos intentos capitalistas.

No esteio das formulações desenvolvidas sob a inspiração epistemológica que toma a dicotomia mencionada como base, o feminino e as “raças inferiores” foram localizados no pólo associado à natureza, sendo comum encontrar formulações tidas como “científicas” que associam mulheres, crianças e negros a animais. Na antiguidade grega, como alude Nancy Stepan (1990) Aristóteles relacionou a mulher ao escravo, tendo por base suas inferioridades “naturais”. No pensamento grego, a inferioridade de mulheres, escravos e animais tinham em comum o sentido de dependência relacionada a ausência de racionalidade. Já durante a idade média, estabeleceu-se uma oposição binária entre brancura e negritude, na qual a negritude foi associada à feiúra, ao demônio e a culpa, enquanto a brancura representava virtude, beleza, santidade e pureza. (STEPAN, 1994, p.77)

Já com a ciência analógica da diferença humana do século XIX, foram usadas aferições comparativas para gênero, raça e espécie, que segregavam mulheres e negros equiparando-os anatomicamente a animais, como recurso para autenticar sua inferioridade. É importante destacar a relevância das medições com base nos ossos da face, pois a partir daí os cientistas traçavam análises comparativas entre mulheres e símios, enfatizando a importância do crânio. Por conter o cérebro, era considerado essencial para presumir diferenças relacionadas à inteligência e comportamento social. A esse respeito, Stepan (idem, P. 78) chama a atenção para a importância das analogias faciais para se compor a inferioridade, pois o ângulo da face – uma medida de hierarquia da natureza obtida na comparação da protuberância das mandíbulas nos símios e nos homens – foi amplamente

utilizada na ciência analógica, demonstrando-se por esta medida que os negros pareciam estar mais próximos dos símios que os da raça branca.

A partir dos séculos XVIII e XIX os modelos de interpretação científica conduziram estratégias sociais eugenistas, fundamentadas pelo discurso de “aprimoramento racial”, que reafirmava o lugar de grupos auto-referenciados como dominantes. A eugenia, enquanto ideia e movimento, ganha atestação de autenticidade com a ciência analógica da variação humana. Stepan (1995, p. 17) acresce que essa (ciência) é dotada de uma autoridade baseada em sua reivindicação de factualidade, neutralidade e universalidade. No entanto, realça que implicações que caracterizavam contradições e/ou incoerências nessas assertivas científico-racistas – como, por exemplo, traços que aludiam semelhanças entre homens brancos e seres antropóides – eram rapidamente descartadas. Portanto, as medições aconteciam da maneira mais conveniente ao fim desejado: justificar a inferioridade das raças nomeadas como inferiores. Porém quando as descobertas apontavam semelhanças entre homens brancos e símios essas informações eram silenciadas. Não, por acaso, a eugenia tinha por interesse analisar parcelas em específico das populações humanas. Por essa razão “os cientistas selecionaram exatamente aqueles pontos de comparação que poderiam mostrar a proximidade entre as raças inferiores e as mulheres e outros grupos “inferiores”, tais como símios antropóides ou crianças, do que a proximidade com o homem branco. (STEPAN, 1994, p.87)

Nesse esforço, o gênero é associado à raça através de um demarcador científico - e, conseqüentemente, social - comum, a inferioridade natural. O feminino e o negro, intencionalmente aproximados da natureza e de características que os destinavam ao lugar de subordinação, como a atestação de irracionalidade de acordo com análises de seus cérebros, servem para exemplificar e reafirmar o lugar privilegiado do homem branco europeu. Essas concepções e demarcações influenciaram fortemente a produção de conhecimento e interpretações do mundo. Destarte, Donna Haraway (1995, p. 10-11) complementa que a história é estória que os entusiastas da cultura ocidental contam uns aos outros; a ciência é um texto contestável e um campo de poder.

Esse processo eugenista, por sua vez, foi útil para incentivar o racismo científico. Por meio da falácia da preservação do ideal de normalidade racial burguesa, se instaurou um esforço em combater a miscigenação, por meio de mecanismos de poder utilizados para instituir o estereótipo de que negros – e demais degenerados – possuíam características genéticas inapropriadas à manutenção da raça ideal. Em se tratando das facetas eugenistas no Brasil, Miskolci (2002/2003) observa que

muitos médicos e advogados incorporaram as novas teorias europeias dentro de uma perspectiva ultraconservadora em que o racismo servia como forma de justificação da forte desigualdade social que caracterizava – e ainda caracteriza – a sociedade brasileira. (MISKOLCI, 2002/2003, p. 118)

Complementando a analítica foucaultiana, é possível acrescentar que o racismo para o qual aponta o autor encontra sua justificação na associação entre o corpo defeituoso, degenerado, assim definido por sua posição de atraso na escala da evolução como aparece na história de Sara Bartman, que ficou conhecida como a Vênus Hotentote ou Vênus Negra. Sara era uma mulher sul-africana, que viveu na Europa durante o início do século XIX, sendo explorada em *freak shows*³ sob um estereótipo de monstruosidade que lhe era atribuído devido à sua anatomia e cujo corpo foi, posteriormente, manipulado a fim de se definir o conceito de raça na ciência moderna, como o fez o cientista Georges Cuvier. Sara foi fundamental para que o homem branco europeu reafirmasse sua posição de superioridade diante de outros seres, cuja noção de normalidade eurocêntrica apontava binariamente como anormais, ou ainda, patologias. Como afirma Janaína Damasceno

Nos *freak shows* do *Piccadilly Circus* corpos humanos eram exibidos como monstruosidades que tinham por função dar ao seu público mais confiança e consciência de si. De sua civilidade, de sua normalidade, de sua preeminência. Mas Sarah era uma atração especial dos espetáculos, devido a sua pequena estatura aliada às fenomenais medidas de seus quadris. (DAMASCENO, 2008, p. 1)

Assim, foi demarcada a diferença - instituída pelo racismo científico -, entre o normal e o anormal, de acordo com os padrões eurocêntricos. O corpo de Sara Baartman em vida e morte foi manuseado por cientistas, a fim de inferiorizar sua própria raça e etnia. Para Damasceno (2008, p. 2), se Saartje servia no século XIX como contraponto à identidade masculina européia, nos parece que ao final do século XX, aquilo que ela representava ainda tinha força, que de todo não se esvai no século XXI. Analisando a situação vivida por Sara Baartman, pode-se pensar nas semelhanças não ocasionais que unem a violência de gênero e espécie, além da violência de raça e etnia também sofridas por ela.

É nesse contexto que surge uma forma específica de racismo, aquele legitimado pela ciência, na qual a diferença é patologizada. Para Janaína Damasceno a medicina do século XIX foi uma dessas práticas discursivas que inscreveu o corpo como lugar de significação da diferença (DAMASCENO, 2008, p. 2)

³ Shows de horrores ou aberrações. Exploração da imagem deformada, humana e não humana, em espetáculos populares na Europa do século XVI até meados do século XIX (disponível em: <http://atpcast.com.br/freak-show-uma-historia-antiga/>)

Ainda de acordo com Foucault, nesse contexto de intenso racismo, acirrado pelos pânico raciais que assolavam a Europa do período, no qual os negros haviam se tornado um problema para as metrópoles em razão da extinção gradativa da escravidão africana, se constrói o dispositivo da sexualidade como estratégia da biopolítica, interferindo diretamente no corpo-indivíduo e no corpo-espécie durante o processo de regulação das populações. A analítica do poder por ele proposta permite perceber como os discursos voltados ao controle do corpo-espécie, expresso na categoria população, tem como alvo o controle da sexualidade com base em intentos racistas, ao passo que estavam ligados a produção de tecnologias de controle da população e ao tipo de indivíduo que se idealizava produzir. Como observa Silvana Tórtora (2011)

A biopolítica é uma tecnologia de poder que se dirige ao homem vivo, como espécie. As programações das ações governamentais visam a controlar os processos de nascimento, vida e morte de uma massa global. A biopolítica, segundo Foucault, tem como alvo a população como um problema político e científico, isto é, um problema de relações de poder inseparável dos aspectos biológicos da vida humana (TÓRTORA, 2011, p.85)

Para Foucault o sexo serve como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. “No século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância” (1988, p.137). A sexualidade torna-se instrumento de normalização do corpo, para tanto forjam-se mecanismos que formam corpos que possam ser subjetivados, classificados, normalizados, na proporção de fazer-se possível um controle amplo de todo o corpo social.

Richard Miskolci (2002/2003) complementa que data do século XVIII o início do mecanismo psiquiátrico-familiar que se desenvolve no século XIX, para o autor a psiquiatria separou a reprodução do instinto sexual. Nessa dissociação analítica reside um projeto, qual seja, o de apresentar o prazer sexual não vinculado a reprodução como intrinsecamente ligado às “aberrações sexuais”. (MISKOLCI, 2002/2003, p.112). Sob este prisma surge a ideia, adotada e veiculada pelos cientistas, do indivíduo degenerado, aquele cuja existência se encontrava fadada ao fracasso, afinal, ao degenerado, denotava-se fraqueza, doença e predisposição a um comportamento social perigoso, tudo isso somando-se o fator da hereditariedade, era pois um irremediável.

A partir do conceito de normalidade, concebido pelo conhecimento sociológico e médico dos últimos séculos, a individualidade que se afasta do modelo que fora engendrado

é transformada em patologia, com fins a atingir interesses de determinadas instituições, Richard Miskolci (2002/2003) observa que:

O processo de normalização teve um intuito disciplinar, o qual se relaciona com o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa [...] O projeto normativo burguês se assenta na norma como um princípio de qualificação e de correção ao mesmo tempo. Assim, a norma não visa excluir ou rejeitar, antes é a pedra de toque de um exame perpétuo de um campo de regularidade dentro do qual se analisa incessantemente cada indivíduo para julgar se ele é conforme a regra ou a norma hegemônica. (MISKOLCI, 2002/2003, p. 110)

Na base de tais pressupostos se encontra a ideia de um humano marcado pela torpeza determinada por sua proximidade com a condição animal, presente, por exemplo nos xingamentos de cunho racista, sexista ou homofóbico, em analogia como negro/a-macaco/a, mulher galinha, perua, vaca, veado, dentre outros.

As reflexões apontam, portanto, que a naturalização do sofrimento animal é concebida, pois, por meio de mecanismos semelhantes aos que se abatem sobre os corpos femininos. Nesse contexto, Kirjner (idem) reitera que as concepções de espécie, raça e gênero, por exemplo, se perdem e se misturam sob a caótica criação da alteridade monstruosa.

No livro *Libertação Animal*, Peter Singer (1990) localiza o especismo como pensamento e prática que discrimina animais pertencentes a espécies inumanas – traçando um breve histórico pelo pensamento ocidental, no qual apresenta argumentos utilizados principalmente pelas tradições judaica e greco-antiga, que fortemente influenciaram o modo de pensar dessa região, nos quais se justifica e se legitima a dominação dos animais pelo ser humano.

Dessa forma, animais inumanos pertencem a zona que circunscreve a diferença (do humano), ao mesmo tempo em que a identidade humana é reforçada quando diferenciada da animal; tais marcadores fazem sugerir que animais não-humanos constituem um lugar inferior, pois sua animalidade e irracionalidade possuem a função de atestar a humanidade e racionalidade, dentre outras características, aos humanos. Ao se distanciar do comportamento animal, o ser humano atinge um suposto grau de elevação, que o transporta para o topo da hierarquia das espécies.

Nos espetáculos em que Sara era exibida, junto a animais “selvagens” em processo de domaçaõ e outras “anomalias” humanas aparecia enjaulada e, em seguida, presa a correntes para que o público lhe tocasse o corpo, inclusive sua “genitália” evidenciando o seu corpo seminu, um corpo feminino, negro, selvagem e domado. Na imagem de Sara se

produziu um estereótipo da mulher negra, de sua submissão ao homem branco, de sua descaracterização enquanto pessoa e portanto de sua assimilação ao animal. Observa-se que

[...] em alguns rituais pontuais pelos quais Sara passou, sua imagem tenha se firmado na negação de sua própria condição humana aos olhos estrangeiros. Sua anatomia foi, de certa forma, apropriada pela ciência como não humana, ou proto-humana; seu corpo como símbolo da sexualidade selvagem, e suas horas foram consumidas pelo cativo de um espetáculo circense. Experiências que não são estranhas a escravas confinadas à imagem de não pertencimento à espécie humana, bem como aos próprios animais não-humanos (KIRJNER, 2013, p.9)

A criação desse sujeito estereotipado denota um marcador de diferenças, com base na construção da disparidade entre o que é considerado anomalia e o que é considerado norma. Para Damasceno (2008, p. 4), essas anomalias pertencem ao campo da natureza. Logo, esse discurso recai sobre a forma de ver e pensar o mundo sob uma visão que se atém as oposições binárias, como se percebe no pensamento ocidental tradicional.

As assimetrias e dinâmicas de assujeitamento produzidas por este modelo de racionalização – traçado pelo paradigma dominante - do mundo são percebidas e denunciadas por críticos de vários domínios das ciências e das artes. Como exemplo, Sousa Santos elenca as atuações do matemático Ilya Prigogine, do físico quântico Fritjof Capra, do físico Eugene Wigner, dentre outros. Para Sousa Santos (idem), estão emergindo novos paradigmas científico-sociais, que abandonam distinções dicotômicas e concepções mecanicistas da matéria e da natureza. Por isso reitera que “os avanços recentes da física e da biologia põem em causa a distinção entre o orgânico e o inorgânico, entre seres vivos e matéria inerte e mesmo entre o humano e o não humano” (SANTOS, 1987, p. 60).

Uma das fontes mais contundentes da crítica ao especismo presente na construção do paradigma moderno advem do feminismo que articula a crítica a construção de um certo arquétipo de humanidade fundamentado da dicotomia natureza/cultura, argumentando a favor de uma “desnaturalização da natureza como condição para se pensar numa desnaturalização do racismo, das assimetrias de gênero, dentre outras marcações de diferença. (HARAWAY, 1995; Butler, 2000) . Daí a importância da análise que apresentaremos a seguir.

O anti-especismo na agenda feminista

Desde a primeira onda do feminismo⁴ – como veremos mais adiante – muitas mulheres já elencavam questões relativas à libertação animal enquanto pautas feministas, associando à naturalização da opressão feminina ao processo de naturalização do sofrimento e subjugação animal. A partir dessas experiências, vivenciadas por sufragistas e ecofeministas, pode-se observar que já havia interesse em associar gênero e espécie como marcadores da diferença, reconhecendo também a necessidade de formulação de estratégias políticas nessa direção.

Em *A política sexual da carne*, Carol J. Adams (2012) menciona registros em que algumas feministas da primeira onda defendiam uma reforma pelo bem-estar animal ou ainda o vegetarianismo, além de sufragistas inglesas que, ao serem presas, manifestavam o desejo de se alimentar de forma vegetariana. Há ainda conhecimento de restaurantes vegetarianos, que eram administrados por sufragistas estadunidenses no século XX. Além disso, elenca uma série de mulheres, - dentre feministas, ativistas, escritoras, romancistas etc – que, desde o século XVII, já se propunham a problematizar temas como vegetarianismo e direitos dos animais. Como observa Carol Adams,

Uma vez que a opressão às mulheres e aos outros animais deriva de uma única estrutura hierárquica, podemos esperar que, em determinados pontos da nossa história, algumas pessoas tenham contestado a estrutura de um modo unificado; ou seja, podemos esperar encontrar a interseção de feminismo e vegetarianismo. (ADAMS, p.246, idem)

Uma definição situada no *Manifesto de um grupo de veganas abolicionistas feministas*, um texto em formato de manifesto escrito coletivamente por mulheres feministas veganas⁵, é expressa a preocupação em promover a defesa animal sem reforçar práticas sexistas e outras formas de opressão:

Como veganas abolicionistas e feministas, somos contra o uso de táticas sexistas no movimento de defesa animal. O veganismo ético de direitos animais é parte da conclusão lógica de oposição à exploração de todos os seres sencientes – tanto de animais humanos quanto de animais não-humanos.

⁴ A primeira onda do feminismo foi um período extenso de atividade feminista, ocorrido durante o final do século XIX e início do século XX, teve início a princípio no Reino Unido e Estados Unidos. Dentre as pautas de lutas das feministas estava a promoção da igualdade dos direitos contratuais e de propriedade, oposição a casamentos arranjados e a propriedade de mulheres casadas por seus maridos e, sobretudo, o movimento feminista do século XIX passou a focar principalmente na conquista de direitos políticos e em especial a luta pelo sufrágio por parte das mulheres. Além disso, mulheres como Voltairine de Cleyre e Margaret Sanger já faziam campanhas pelos direitos sexuais, reprodutivos e econômicos das mulheres na época. (disponível em: <http://movfeministas.blogspot.com.br/2010/09/importantes-ondas-feministas.html>)

⁵ Nessa referência consultada não consta a localização acerca dessas mulheres, apenas que o manifesto foi escrito coletivamente. No mesmo, estão os nomes das pessoas que fizeram parte de sua composição.

Oposição ao especismo é incompatível ao exercício de sexismo ou qualquer outra forma de discriminação, como o racismo, o heterossexismo, o classismo e outras formas de opressão⁶

Dentre os argumentos usados pelas feministas que, no século XIX, adotaram a dieta vegetariana e a luta pela libertação animal, situa-se a identificação que percebiam com a posição social ocupada pelos animais inumanos, uma vez que animais e mulheres foram/são tradicionalmente objetos de dominação de uma sociedade androcêntrica, como exemplifica Adams (2012):

Uma teoria crítica feminista-vegetariana começa, como vimos, com a percepção de que no mundo patriarcal as mulheres e os animais se encontram em situação semelhante: são objetos, e não sujeitos. Os homens recebem no décimo mandamento as instruções sobre como devem se comportar com as mulheres e os animais. Uma vez que a queda do homem é atribuída a uma mulher e um animal, a Irmandade do Homem exclui as mulheres e os animais. (ADAMS, p. 244, 2012)

No período conhecido como segunda onda do feminismo⁷, sob a aura criada pela eclosão da pluralidade nos coletivos sociais e ao forte componente cultural que marcaram as manifestações políticas do período, surgem expressões do feminismo vegano, agregando um entendimento ao movimento, propondo um olhar mais amplo e diversificado em que as conexões entre marcadores da diferença sejam entendidas como partes de uma teia construída pelo paradigma dominante, cujos intentos se dão em torno da manutenção da hegemonia vigente. Como vertente contemporânea do feminismo, compreende uma postura que adota a defesa dos direitos das mulheres e também dos animais inumanos, entendendo ambos como movimentos que se relacionam entre si, através de um processo de empatia no qual mulheres feministas se solidarizam às causas animais por entenderem que mulheres e animais, assim como outras categorias de sujeito subalternizadas em função da diferença que lhes é atribuída, se encontram ocupando categorias análogas.

A ênfase feminista na conexão entre marcadores da diferença advém da constatação do desencontro entre esses, uma vez que parte considerável do feminismo não atenta para a dimensão especista do racismo e do sexismo e parte do movimento vegano não percebe a dimensão racista e sexista do especismo. A denominação “vegana” adotada por algumas

⁶ Disponível no site www.veganospelaabolicao.org. Acessado em 10 de outubro de 2014

⁷ A segunda onda do feminismo se refere a um período de atividade feminista que teria começado no início da década de 1960 e durado até o fim da década de 1980. A acadêmica Imelda Whelehan sugere que a segunda onda teria sido uma continuação da fase anterior do feminismo, que envolveu as sufragettes do Reino Unido e Estados Unidos. Se preocupava principalmente com questões de igualdade e o fim da discriminação. A ativista e autora feminista Carol Hanisch cunhou o slogan “o pessoal é político”, que se tornou sinônimo desta segunda onda. disponível em: <http://movfeministas.blogspot.com.br/2010/09/importantes-ondas-feministas.html>

expressões feministas remete à ausência da articulação entre as dimensões especistas e sexistas. Também a reivindicação de uma campo feminista no âmbito do veganismo remete à ausência de tal articulação. Feministas veg(etari)anas não se sentem representadas por movimentos de defesa animal como, por exemplo, o PETA (*People for the Ethical Treatment of Animals*), que veiculam imagens de mulheres segundo um padrão europeu branca, magra e alta - além de sugestivamente disponível ao homem, associadas à promoção do veganismo. Denuncia-se nesse caso a associação da imagem feminina à mercadoria, usada mais para fins comerciais coniventes com o heterossexismo do que para engajamento ético-político que o veganismo propõe. A crítica lançada ao discurso promovido pelas campanhas do PETA observa que a ênfase no especismo se efetiva mediante o reforço de posturas sexistas e racistas. Resulta daí a importância de problematizar como a ênfase nos marcadores de gênero e espécie pelo movimento feminista vegano articulam a dimensão racial.

O site *Modifica* traduziu um texto que foi publicado originalmente pelo *Everyday Feminism* em que elenca cinco razões pelas quais os direitos dos animais devem ser uma questão feminista e um dos tópicos aponta sobre a necessidade da interseccionalidade:

A interseccionalidade nos ajuda ver conexões entre os sistemas de opressão (...)A realidade é esta: as pessoas negras, mulheres, pessoas com deficiência, a comunidade LGBTQIA +, etc. têm passado situações ruins. E os animais também têm passado por várias situações ruins, especialmente aqueles que são assumidos como úteis apenas na medida em que são consumidos, seja como carne ou laticínios.É ridículo tentar “ranquear” quão ruim é a situação para cada grupo, ou assumir que toda a nossa atenção deve ser dedicada à luta de um grupo de direitos específico, ou supor que, se grande parte da nossa atenção está focada em um grupo em um determinado período de tempo, isso deve significar que os outros grupos são menos importantes ou “tê-los como melhor.”Todas essas esferas de opressão são subprodutos do mesmo sistema cruel – e a crueldade está fortemente impregnada no patriarcado de supremacia branca.Declarar que um destes grupos é “tratado melhor” do que o outro é perder completamente as formas pelas quais estas opressões são entrelaçadas e até mesmo dependem uma das outras.⁸

Para além da empatia e da sensibilização, feministas veganas aludem para a construção das relações de poder desiguais com base nos marcadores que traçam os lugares de inferioridade e exclusão. As formas pelas quais se desenvolvem esses marcadores partem da mesma premissa, como já referendado acima, negrxs, mulheres e animais inumanos, pertencem ao espaço de proximidade à natureza que, com base no pensamento dicotômico, é um lugar destinado à passividade, a ser dominável e explorado. No ensaio *La cerda punk*⁹, Constanzx Alvarez Castillo faz analogia entre os marcadores gênero, raça e espécie, além de outros:

(...) El antropocentrismo, junto al heteropatriarcado, la raza y la clase han sido algunas de las excusas del famoso “progreso y del desarrollo capitalista, ejerciendo así una dominación en clara asimetría, en donde unx individux niega a otrx: lx

⁸ Disponível em: <http://www.modifica.com.br/5-razoas-pelas-quais-os-direitos-dos-animais-sao-uma-questao-feminista/#.VOoLKfnF-fr> acessado em 22/02/2015 às 16:30

⁹ Disponível em: <http://www.bibliotecafragmentada.org/cerda-punk/>

humanx niega lo animal (y la tierra), convirtiéndolx en consumo, el hombre niega a la mujer, convirtiéndola en “lo otro”, el blanco niega al negro convirtiéndolo en “la bestia”. (Castillo, p. 115, 2014)

Durante um encontro nacional de mulheres, que aconteceu em San Juan, na Argentina, em 2013, foi elaborado um texto intitulado *Conclusiones del taller autoconvocado “Heteropatriarcado & Especismo”*, no qual se expõe em resumo algumas considerações acerca da temática da oficina:

Problematizamos la construcción de categorías que se nos presentan como naturales cuando son social, cultural y políticamente construidas. Estas categorías como el género que empieza a existir a partir del sistema patriarcal; la raza que no existe hasta la instauración de la esclavitud y la especie, que es otra categoría construida para separarnos del resto de la animalidad. Esta última sirve para prescribir pautas de comportamiento y de regulación corporal y quienes no se adaptan a ellas reciben como castigo la violencia especista ejemplificada en el insulto “animal” “bestia” “vaca” (...) Vemos una relación entre esto y la utilización de lo femenino como insulto. (CASTILLO, p. 128, 2014)

Para perceber como se desenvolve o feminismo vegano no Brasil é interessante destacar que, além das expressões feministas e ecofeministas que iniciaram o debate em torno da analogia gênero-espécie mencionadas anteriormente, o movimento Riot Grrrl surgido nos Estados Unidos na década de 1990 como contraponto ao androcentrismo do cenário punk rock influenciou fortemente o cenário punk feminista jovem no Brasil. Além do combate ao sexismo na cena punk, as riot grrrl se caracterizavam também pela intersecção entre feminismo e libertação animal em suas práticas discursivas, como em letras de músicas e escrita de fanzines, como destaca Ribeiro, Costa e Santiago (2012):

Os *fanzines* ou *zines* também podem ser postados na *internet* e chamados de *e-zines*. Os *zines* tornaram-se algo essencial para a divulgação da cena *riot*. Escritos de forma muito pessoal, contém entrevistas com bandas, assuntos como sexismo, homofobia, ditadura da moda, vegetarianismo/veganismo, defesa e proteção dos animais. (RIBEIRO, COSTA, SANTIAGO, 2012, p. 233)

O fanzine *Não pare no veganismo* (2015) editado por Raquel das Flores do coletivo feminista Ana Montenegro¹⁰, propõe uma reflexão acerca do veganismo elitista, racista e machista e atenta para a relevância de interseccionar os marcadores sociais da diferença:

(...) aquele que não enxerga a necessidade de reforçar a luta contra todos os tipos de opressão e seleciona sua empatia não tem uma vontade real de enfrentar essa opressão. Ou seja, no caso do veganismo, não há como ser abolicionista sem, no mínimo, interseccionar com outras lutas, aquelas pela

¹⁰ O Coletivo de Mulheres Ana Montenegro é um coletivo feminista de São José do Rio Preto – SP com atividades voltadas para estudo e ação.

emancipação das minorias e dos grupos historicamente marginalizados e privados de direitos. (Flores, p. 02, 2015)

No cenário Riot Grrrl brasileiro, bandas como Anti-corpos, Justiça e Suffragettes abordam questões como vegetarianismo/veganismo e libertação animal em suas letras. Além disso, o cenário que compõe o feminismo vegano e vegetariano se constrói através de blogs, fanpages, grupos e comunidades nas redes sociais, encontros e eventos feministas e tem ocupado também espaços acadêmicos, embora ainda hajam poucas produções a esse respeito.

No Brasil, em vários eventos, encontros e festivais feministas, essa intersecção se fez/faz presente. Em *Viva o feminismo vegano: gastropolíticas e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens* (2013), Íris Nery do Carmo elenca alguns eventos feministas em que o veganismo foi pautado não apenas enquanto opção alimentícia predominante, mas na própria tessitura dos eventos. O *Festival Vulva La Vida*, realizado pelo coletivo homônimo (idem) e que teve três edições até então – em 2011, 2012 e 2013, respectivamente - em Salvador-Bahia, se destaca entre esses eventos. Durante o festival toda alimentação servida é vegana/vegetariana, além de haver discussões e oficinas acerca do tema.

Considerações finais

O feminismo vegano e vegetariano é composto majoritariamente por jovens que se articulam por todo o país e internacionalmente, de modo a estabelecerem atividades políticas, culturais, literárias e artísticas, que envolvem o compromisso com o combate ao especismo. De modo que pode se afirmar que assuntos que dizem respeito a vegetarianismo/veganismo, libertação animal e direitos dos animais, são assumidas como demandas feministas, assim como é anunciado o reconhecimento das conexões entre os marcadores da diferença. Também se pode afirmar que há preocupação com a criação de estratégias de articulação de modo a ampliar e esmiuçar a questão como tema prioritário nos mais diversos espaços de reflexão e atuação política. O veganismo presente ocupa um papel de relevância nos meios feministas, fazendo emergir uma série de discussões e diálogos. O estilo de vida vegano abrange dimensões políticas que vão além do abolicionismo animal e estreitam conexões entre a exploração animal, humana e do meio ambiente. Nesses novos espaços feministas é possível perceber a dimensão política presente no ato de se alimentar,

ou ainda, a construção de um ideário político feminista cujo veganismo compõe um somatório para o pensamento e práticas do feminismo.

É importante ressaltar, no entanto, que nem sempre as expressões feministas veganas/vegetarianas consideram a interseccionalidade entre raça e espécie. Nos diversos instrumentos de comunicação em rede utilizados pelo grupos - como por exemplo um grupo em uma rede social denominado *Veganismo de pretas feministas*, no qual a moderadora do grupo e algumas membras entendem que situar os marcadores raça e espécie num mesmo espaço discursivo seria inadmissível, ela afirma que “não é porque eu evito ao máximo comer ou vestir algo derivado do animal que vou aceitar ser comparada a ele”. Com esta fala se reforça uma postura especista em um lugar supostamente de desconstrução do mesmo, elencando que a questão racial estaria acima da condição subalternizada das espécies



Figura 1:

inumanas, sugerindo assim a existência de uma hierarquia de pautas para o feminismo vegano negro.

Ocasão em que se torna recorrente a postura de reprovação da associação com animais ocorre sempre com as polemicas envolvendo xingamentos racistas nos campos de futebol, quando vários coletivos anti-racistas repudiam com veemência a associação de negros a macacos reiterando o argumento especista que serve de rebaixamento pela condição animal. Tal procedimento indica que os parâmetros utilizados para pensar a relação entre

raça e espécie precisa ser repensado, pois a postura especista adotada reforça o racismo que a informa.

Por isso é de suma importância que a crítica à naturalização da inferiorização de mulheres, negrxs e animais seja problematizada por meio de um viés epistemológico que permita compreender o lugar comum de pertencimento dessas categorias que emprega à natureza o sentido de subalternização permeado pela dicotomia assimétrica natureza/cultura.

A necessidade de compreender como se dá a abordagem sobre a diferença demarcada a partir da sexualidade, gênero e raça no âmbito das praticas feministas veganas/vegetarianas demanda o recurso a aportes epistemológicos que permitam problematizar como o especismo se coloca como base dos mecanismos de imbricação e retroalimentação de discursos racistas, sexistas, a produção de fobias e abjeção contra sexualidades consideradas dissidentes e contra indivíduos considerados defeituosos ou falhos/as.

A bióloga e epistemóloga feminista Donna Haraway (1995) sugere que se coloque a inferiorização da natureza no centro do questionamento feminista, propondo uma ciência corporificada com base na desconstrução das alegações da verdade sobre a natureza consagradas pelo positivismo moderno, uma vez que

[...] as feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. (HARAWAY, 1995, p. 15)

Assim como Haraway, Judith Butler (2000) propõe a defesa de um novo modelo para construção do conhecimento, no qual o próprio conceito de natureza precisa ser repensado, complementando que a construção social do natural não pressupõe o cancelamento do natural pelo social. As contribuições feministas aludem a necessidade crucial de atentar para a conexão entre a sexualidade e gênero numa perspectiva que não seja causal nem reduitiva, baseada na problematização do modelo de construção pelo qual o social atua unilateralmente sobre o natural e o investe com seus parâmetros e significados, pelo qual o natural é cancelado pelo social. Por essa razão são importantíssimas para problematizar a maneira como tem se percebido a relação entre marcadores da diferença como raça, gênero e sexualidade; comportam relevantes contribuições analíticas e políticas para se questionar, repensar e promover novos modelos e métodos para construção do conhecimento coletivo. Na cadeia de binários reiterada por uma “concepção de construcionismo calcada no binário

natureza *versus* cultura diminui a matéria como algo inferior, associado à passividade” (BUTLER, 2010, p. 157-8).

Trata-se de um exercício imprescindível para a construção de um ativismo político que promova um desvelamento de como se retroalimentam e se fortalecem discursos racistas, especistas e sexistas. Perceber como tais dimensões se articulam e se conectam é fundamental para desnaturalizar assimetrias baseadas em discriminações de gênero, raça e outros marcadores de diferença. Compreender que essas conexões existem e se retroalimentam é essencial para um ativismo político que não reforce os estereótipos aos quais tais categorias pertencem.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne: a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina**. São Paulo: Alaúde Editorial, 1. Ed, 2012.

BUTLER, Judith. **O corpo educado, pedagogias da sexualidade. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. Org. Guacira Lopes Louro. Trad. De Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2 ed, 2000.

CARMO, Íris Nery. **Viva o feminismo vegano!: gastropolíticas e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens**. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo. Salvador: 2013.

CASTILLO, Constanza Alvarez. **La cerda punk. Ensayos desde un feminismo gordo, lésbico, antikapitalista & antiespecista**. Valparaíso: Trio Editorial, 1 ed, 2014.

DAMASCENO, Janaína. **O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus Hotentote**. Fazendo gênero 8 – Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, 2008.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de pesquisa, n. 114, p. 197-223, novembro, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I, a vontade de saber**. Trad. De Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, nº 5, p. 07-41, 1995.

KIRJNER, Daniel de Almeida Pinto. **Entre a égua de Mikolka e a Vênus Hottentot: relações de gênero e espécie nas criações sociais da vida e da morte**. Semanário Internacional Fazendo Gênero, nº 10, Florianópolis, 2013.

- MISKOLCI, Richard. **Reflexões sobre normalidade e desvio social**. Estudos de sociologia, Araraquara, 13/14, p. 109-126, 2002/2003.
- RIBEIRO, Jéssika K. A. COSTA, Jussara C. SANTIAGO, Idalina M. F. L. **Um jeito diferente e “novo” de ser feminista: em cena, o riot grrrl**. Revista Ártemis, Edição V. 13; jan-jul, 2012. Pp. 222-240.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. Estud. av. vol.2 no.2 São Paulo May/Aug. 1988
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petropolis – RJ, Vozes, 2009.
- SINGER, Peter. **Libertação animal**. Trad. De Fátima St. Aubyn. Porto Alegre: Via Óptima, 2 ed. 1990.
- STEPAN, Nancy Leys. **Tendências e impasses, o feminismo como crítica da cultura. Raça e Gênero: o papel da analogia na ciência**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- TÓRTORA, Silvana. **Foucault: biopolítica e governamentalidade neoliberal**. REU. Sorocaba, v. 37, nº 2, p. 81-100, dez, 2011.

Sites consultados

<http://www.veganospelaabolicao.org/abolicao/textual/abordagem-abolicionista/manifestos/82-manifesto-> acessado em 24/10/2014 às 11:54.

<https://arquivoriotgrrrlbrasil.wordpress.com/2012/10/23/> (14/02/2015 às 20:54)

<http://www.culturaliteraria.com/2015/01/o-movimento-riot-grrrl.html> (14/02/2015 às 21:45)

<http://movfeministas.blogspot.com.br/2010/09/importantes-ondas-feministas.html> (23/02/2015 às 13:50)